

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO Nº 193, DE 2009

Sugere Projeto de Lei para alterar a redação dos Artigos 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257 e 258 da Lei n.º 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente – para que as penas de multa previstas nesses dispositivos sejam fixadas com base no salário mínimo.

Autora: Associação Paulista do Ministério Público

Relator: Deputado NAZARENO FONTELES

I - RELATÓRIO

Cuida-se de sugestão apresentada pela Associação Paulista do Ministério Público, por meio da qual propõe a alteração dos arts. 245 a 258 da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de substituir a expressão “salário de referência” constante desses dispositivos por “salário mínimo”.

Em sua justificativa, a entidade autora assevera que o ECA prevê em seus arts. 245 a 258 diversas modalidades de infrações administrativas, cujas penas de multa estão fixadas em salário de referência.

Contudo, alega que, com o advento da Lei n.º 7.789/89, o salário de referência foi extinto sem que qualquer alteração fosse realizada no ECA, o que tem ocasionado a prolação de decisões judiciais divergentes no tocante à aplicação da multa pela prática dessas infrações.

Sobreleva a existência de inúmeros precedentes jurisprudenciais, inclusive do Supremo Tribunal Federal (STF), no sentido de que as multas previstas nos dispositivos referidos devem ser consideradas em salários mínimos.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Nos termos dos arts. 32, XII, “a” e “b”, e 254 do RICD, compete a esta Comissão de Legislação Participativa a elaboração de parecer sobre a sugestão apresentada.

A proposição em análise pretende substituir a expressão “salário de referência” existente nos arts. 245 a 258 do Estatuto da Criança e do Adolescente por “salário mínimo”.

De fato, com a edição da Lei n.º 7.789, de 3 de julho de 1989, o salário mínimo de referência deixou de existir, passando a vigorar apenas o salário mínimo, a teor de seu art. 5.º.

Assim sendo, a aplicação das multas das infrações administrativas previstas no ECA passou a se dar com lastro no salário mínimo.

No particular, considere-se a iterativa jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de vedar a utilização do salário mínimo para fins de correção monetária, mas que autoriza sua tomada como base para a aplicação das multas previstas no ECA em substituição ao salário de referência.

Por sua vez, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) referendou o entendimento de que o salário mínimo substitui o salário de referência na aplicação de multa pela prática das infrações administrativas constantes do ECA¹.

¹ Nesse sentido confirmam-se o REsp 649.292, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ de 22.08.2005; o REsp 649.467, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 19.12.2005; e o REsp 983.250, Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 22.04.2009.

Há de se reconhecer, portanto, a conveniência e oportunidade da medida legislativa apresentada pela entidade autora e sua contribuição para a atualização dos arts. 245 a 258 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Por todo o exposto, meu voto é pela aprovação da Sugestão n.º 193, de 2009, nos termos da proposição em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado NAZARENO FONTELES
Relator

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

PROJETO DE LEI Nº , DE 2010 (da Comissão de Legislação Participativa)

Altera a redação dos arts. 245 a 258 da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que “*dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*”, a fim de substituir a expressão “salário mínimo de referência” por “salário mínimo”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Esta Lei altera a redação dos arts. 245 a 258 da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”, a fim de substituir a expressão “salário mínimo de referência” por “salário mínimo”.

Art. 2.º Os arts. 245 a 258 da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 245.

Pena - multa de três a vinte salários mínimos, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.” (NR)

“Art. 246.

Pena - multa de três a vinte salários mínimos, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.” (NR)

“Art. 247.

Pena - multa de três a vinte salários de mínimos, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

.....” (NR)

“Art. 248.

Pena - multa de três a vinte salários mínimos, aplicando-se o dobro em caso de reincidência, independentemente das despesas de retorno do adolescente, se for o caso.” (NR)

“Art. 249.

Pena - multa de três a vinte salários mínimos, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.” (NR)

“Art. 250.

Pena – multa não inferior a trinta salários mínimos.

.....” (NR)

“Art. 251.

Pena - multa de três a vinte salários mínimos, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.” (NR)

“Art. 252.

Pena - multa de três a vinte salários mínimos, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.” (NR)

“Art. 253.

Pena - multa de três a vinte salários mínimos, duplicada em caso de reincidência, aplicável, separadamente, à casa de espetáculo e aos órgãos de divulgação ou publicidade.” (NR)

“Art. 254.

Pena - multa de vinte a cem salários mínimos; duplicada em caso de reincidência a autoridade judiciária poderá determinar a suspensão da programação da emissora por até dois dias.” (NR)

“Art. 255.

Pena - multa de vinte a cem salários mínimos; na reincidência, a autoridade poderá determinar a suspensão do espetáculo ou o fechamento do estabelecimento por até quinze dias.” (NR)

“Art. 256.

Pena - multa de três a vinte salários mínimos; em caso de reincidência, a autoridade judiciária poderá determinar o fechamento do estabelecimento por até quinze dias.” (NR)

“Art. 257.

Pena - multa de três a vinte salários mínimos, duplicando-se a pena em caso de reincidência, sem prejuízo de apreensão da revista ou publicação.” (NR)

“Art. 258.

Pena - multa de três a vinte salários mínimos; em caso de reincidência, a autoridade judiciária poderá determinar o fechamento do estabelecimento por até quinze dias.” (NR)

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado NAZARENO FONTELES
Relator